

Notas e informações

ANC 83

Consciência tranqüila

Ao publicarmos as matérias sob o título geral *Os índios e a Nova Constituição*, tínhamos plena consciência de estar contrariando poderosos interesses investidos no Brasil. Não nos surpreende, pois, que as reações tenham sido do teor conhecido nem nos espanta que a CNBB tenha decidido tomar a defesa do Cimi nessa empreitada em que estrangeiros, naturalizados e brasileiros se meteram para impedir que se extraíssem recursos minerais da Amazônia Legal e de quaisquer outras reservas indígenas, situadas onde quer que seja, no território nacional.

Sabíamos, também, dado o caráter emocional de que se reveste a questão indígena — tornado emocional, é bom que se diga, depois que, graças ao Projeto Radam, começaram a ser conhecidas as reservas minerais brasileiras —, que contra nós se ergueriam vozes iradas, apontando-nos ou como inimigos dos índios ou agentes de interesses econômicos. Inimigos dos índios não somos; sucede, porém, que não estamos dispostos a suportar por mais tempo que se esbulhem brasileiros — grandes ou pequenos proprietários, e até mesmo posseiros — para ampliar áreas indígenas sob o único pretexto de que são dos índios as terras necessárias à sua reprodução cultural. Agentes de interesses econômicos nunca o fomos; mas não é por receio desse tipo de acusação que iríamos silenciar, quando se torna evidente que se tramou (e está em execução) manobra destinada a fazer que o Brasil não possa participar do mercado internacional de minérios e minerais preciosos e/ou estratégicos.

Ao decidir publicar a série de reportagens que encerramos ontem com a divulgação de um mapa impresso em Berlim, tínhamos plena consciência de que estávamos supurando um tumor. Sabíamos que são muitos os que conhecem coisas até mais graves do que as que denunciávamos, mas se calam; conhecíamos as ramificações políticas e econômicas dessa grande manobra, que permaneceria desconhecida dos cidadãos brasileiros, não fossem alguns erros na condução dir-se-ia estratégica da operação. Mais do que tudo, tínhamos plena ciência do peso dos interesses que seriam abalados pela revelação de fatos que apresentam uma conexão interna de sentido (para usar as expressões de Max Weber) que torna rija como cristal nossa posição.

O que está em jogo — e já dizíamos isso domingo último, observando linha tradicionalmente seguida há decênios — é uma questão política. Nossos adversários — os

reais, os que dirigem a operação, não os que lhes tomam as dores sem atentar para a gravidade dos prejuízos que se estão impondo à Nação brasileira — sabem disso tão bem quanto nós. Por isso buscaram desviar o assunto, cuidando-o como se se tratasse, nas reportagens, de incitar ao massacre dos índios. Na verdade, eles sabem que o que desejamos é impedir que aconteça o reverso, isto é, a expulsão dos brasileiros de áreas que grupos internacionais desejam manter intocadas nem que seja à custa da quebra de fato da unidade nacional e da marginalização do Brasil no mundo.

Temos a consciência tranqüila — aquela que só conhecem os que combatem o bom combate em defesa da Pátria. Tão mais tranqüila, quanto sabemos que o que levantamos é apenas uma parte do que se esconde por detrás de toda a maquinação. A documentação que começamos a receber após o início da publicação dessa série é, em alguns casos, de estarrecer — pelo que nela se contém e pelo que evidencia da inércia de autoridades inferiores diante de fatos que em documentos públicos se denunciam! Esses documentos, como os demais, estão sendo examinados por nós — e por eles já se pode verificar que a hora de falar era esta, ou nunca mais.

A opinião pública deve ter presente que a questão em jogo não são os índios. A grande parada que está sobre a mesa são bilhões de dólares anuais e o controle de minérios estratégicos e minerais preciosos. Tivesse o Brasil acedido a fazer o jogo de poderosos grupos internacionais, autolimitando-se, e com certeza a campanha em defesa da expansão (pois é de expansão que se trata ao se pedir preservação) das áreas indígenas seria dirigida de outra maneira. A história fornece, a esse propósito, um exemplo elucidativo, entre muitos. Da perspectiva de hoje, compreende-se que uma das razões — houve inúmeras, inclusive ideológicas — que inviabilizaram a revolução do Movimento Nacionalista Revolucionário na Bolívia, em 1952, foi Paz Estenssoro não conhecer os mecanismos que faziam girar a Bolsa de Londres, e a Bolívia não ter produção suficiente para influir nos preços mundiais. O que se pretende fazer no Brasil de 1987 é algo parecido com aquilo que se fez na Bolívia, usando os índios — afastar do mercado internacional aqueles que não se submetem às leis de quantos cartéis controlam ouro, diamantes, terras raras, cassiterita etc.

É necessário que a opinião pública se dê conta de que o que está em jogo são os

minérios e os minerais. É por isso que, em todas as peças de acusação que se produziram contra nós, ninguém foi capaz de elidir a questão principal, nenhuma voz pôde dissociar a palavra índio da expressão “pesquisa, lavra ou exploração de minérios”. Na verdade, o que se quer é que não se explore coisa alguma nas terras indígenas — não se quer que se explore de maneira racional e competitiva com outras explorações em além-mar.

Não desejamos entrar em longas considerações jurídico-constitucionais sobre o problema da soberania restrita. Cabe, no entanto, deixar claro que o resultado lógico e final de todas as ações desenvolvidas por esta rede internacional de interesses é inibir a ação do Estado brasileiro sobre vastíssima área da Amazônia Legal. Inibir não de pronto, como se entre o Brasil não-amazônico e a Amazônia Legal se construiu com a rapidez soviética um novo “muro de Berlim”. A ação nesse sentido é, como não poderia deixar de ser, lenta — e, por ser essa a estratégia, tem produzido resultados até hoje pouco conhecidos do grande público. Um deles é que as áreas indígenas têm aumentado em extensão ano a ano, e a presença do Estado brasileiro nessas regiões sido contestada no mesmo ritmo, obrigando o governo a executar projetos especiais a fim de afirmar o poder estatal sobre a área. Esse fato é que caracteriza a restrição de soberania — não uma declaração da ONU, da Unesco ou do Cimi.

As autoridades brasileiras responsáveis pela manutenção da integridade do território nacional estão informadas de tudo o que se noticiou em nossas reportagens. Sabem até mais, estamos seguros. Todavia, ainda não adotaram as providências políticas e jurídicas aptas a fazer reverter esse processo em que os que defendem a integridade do Estado brasileiro são acimados de agentes de interesses escusos, e aqueles que buscam afastar o Brasil das terras que são suas valem-se do privilégio da batina e do escudo do índio para intimidar uns e outros e prosseguir em sua obra malsinada.

A conspiração contra o Brasil existe. Disso estamos convencidos apesar do que digam purpurados, leigos ou esquerdistas de convicção ou conveniência, e seu séquito de basbaques. Foi por termos plena consciência de que ela é real que publicamos as reportagens. E é por conhecer parte da extensão e profundidade desse movimento que nos reservamos o direito de voltar ao assunto quando considerarmos de novo necessário dar o alerta à Nação.